

**O RECONHECIMENTO DE PROVISÕES E SUA RELAÇÃO
COM AS CARACTERÍSTICAS CORPORATIVAS EM
COMPANHIAS COM SCORE ESG LISTADAS NA B3**

**RECOGNITION OF PROVISIONS AND THEIR
RELATIONSHIP WITH CORPORATE CHARACTERISTICS
IN COMPANIES WITH AN ESG SCORE LISTED ON B3**

DOI: [HTTP://DX.DOI.ORG/10.13059/RACEF.V16I2.1178](http://dx.doi.org/10.13059/RACEF.V16I2.1178)

Larissa Ribeiro Soares

larissaribeiro.00@hotmail.com

Universidade Federal de Uberlândia

Denise Mendes da Silva

denise.mendes@ufu.br

Universidade Federal de Uberlândia

Dermeval Martins Borges Júnior

dermeval.junior@ufg.br

Universidade Federal de Goiás

Data de envio do artigo: 26 de Setembro de 2023.

Data de aceite: 29 de Março de 2025.

Resumo: O objetivo deste estudo é relacionar o reconhecimento de provisões e as características corporativas (tamanho, rentabilidade, alavancagem, setor e nível de governança corporativa) em companhias com score ESG listadas na B3. A metodologia envolve análise de regressão e o período analisado é de 2014 a 2022. Os resultados indicam que o tamanho, a rentabilidade do Patrimônio Líquido e a governança corporativa têm influência significativa no reconhecimento de provisões. Esses achados ressaltam a importância das práticas sustentáveis e de governança nas decisões contábeis, contribuindo com a divulgação de informações pelos gestores, assim como incentiva a transparência corporativa e amplia o debate sobre provisões e ESG. As evidências empíricas podem auxiliar o investidor na compreensão das práticas contábeis, destacando as características corporativas que podem se relacionar com o processo de reconhecimento de provisões.

Palavras-chave: Provisões; ESG; *Disclosure*.

Abstract: *The objective of this study is to relate the recognition of provisions and corporate characteristics (size, profitability, leverage, sector, and level of corporate governance) in companies with an ESG score listed on B3. The methodology involves regression analysis, and the analyzed period is from 2014 to 2022. The results indicate that the size, the return on equity and corporate governance have a significant influence on the recognition of provisions. These findings highlight the importance of sustainable practices and governance in accounting decisions, contributing to the disclosure of information by managers, as well as encouraging corporate transparency and broadening the debate on provisions and ESG. Empirical evidence can help investors understand accounting practices, highlighting corporate characteristics that may be related to the process of recognizing provisions.*

Keywords: *Provisions; ESG; Disclosure.*

1 INTRODUÇÃO

No mercado de capitais, verifica-se um crescimento em torno das divulgações de informações relacionadas à Responsabilidade Social Corporativa (RSC) e aos aspectos ambientais, sociais e de governança (ASG), também conhecido como Environmental, Social and Governance (ESG) em inglês. Esse aumento é resultado do reconhecimento da necessidade de avaliar os impactos das atividades das organizações e da demanda dos stakeholders por informações cada vez mais transparentes da RSC (Christensen; Serafeim; Sikochi, 2022; Raimo et al., 2021).

A ascensão da RSC tem impulsionado a adoção de divulgações voluntárias, com o objetivo de reduzir conflitos de agência, diminuir a assimetria de informações e aumentar a confiabilidade dos relatórios. Para avaliar o desempenho das empresas nesse contexto, surgiram os índices (scores) ESG, que mensuram as práticas ambientais, sociais e de governança. Esses scores podem ser obtidos por meio de plataformas como Bloomberg (Bloomberg ESG Disclosure Score), Thomson Reuters (Refinitiv ESG Data) e Morgan Stanley (MSCI ESG Indexes) (Martins; Cunha, 2022).

Além das divulgações em relatórios específicos, como Relatórios Anuais, de Sustentabilidade e Relatório Integrado, é importante destacar que os impactos ambientais, sociais e legais também podem ser reconhecidos nas Demonstrações Financeiras, por meio das provisões. Dentre os elementos contábeis, o reconhecimento de provisões desempenha um papel importante, uma vez que envolve a antecipação de obrigações futuras, com base em eventos passados ou presentes (Borges; Rodrigues; Rodrigues, 2021).

Conforme explicam Ribeiro et al. (2019), de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, uma empresa precisa reconhecer uma provisão, ou seja, reconhecer uma perda no resultado e um passivo correspondente, no momento de ocorrência do fato gerador que implicará um desembolso de recursos

provável e mensurável com razoável certeza. Ainda conforme Ribeiro et al. (2019), essa situação se distingue da divulgação obrigatória em notas explicativas de um fato ocorrido cujo desembolso de recursos é apenas possível ou de difícil mensuração, caso em que se tem um passivo contingente.

Estudos anteriores (Fonteles et al., 2013; Silva, Araújo e Santos, 2018; Ribeiro et al., 2019; Gomes, Gordiano e Almeida, 2020; Bacelar et al., 2023) encontraram que características corporativas como rentabilidade, alavancagem, setor, nível de governança e tamanho da empresa podem estar relacionadas com o nível de divulgação de provisões. Essas características são consideradas determinantes do disclosure e do score ESG, como pode ser visto em: Murcia (2009); Consoni e Colauto (2016); Ribeiro et al. (2019); Drempevic, Klein e Zwergel (2019); Crespi e Migliavacca (2020); Sharma, Panday e Dangwal (2020); Elafify (2021); Rahman e Absayegh (2021); Pinheiro et al., (2022).

Nessa perspectiva, compreende-se que possa haver uma relação das características corporativas, consideradas determinantes do disclosure e dos scores ESG, com o reconhecimento de provisões ainda não avaliada na literatura correlata, o que promove uma oportunidade de pesquisa. Dado o exposto, o objetivo geral deste estudo é relacionar o reconhecimento de provisões e as características corporativas (tamanho, rentabilidade, alavancagem, setor e nível de governança corporativa) em companhias com score ESG listadas na B3.

O estudo apresenta contribuições para aspectos práticos, acadêmicos e sociais. No âmbito prático, observa-se uma oportunidade para os gestores e contadores compreenderem os efeitos das características corporativas (tamanho, rentabilidade, alavancagem, setor e nível de governança corporativa) no reconhecimento de provisões, podendo aprimorar a transparência e a confiabilidade das demonstrações financeiras diante dos stakeholders.

No âmbito acadêmico, o estudo busca preencher uma lacuna na literatura, fornecendo

evidências empíricas sobre a relação entre o reconhecimento de provisões e as características corporativas, considerando o desempenho ambiental, social e de governança das empresas, medido pelo score ESG, o que pode favorecer o avanço da teoria contábil e financeira.

Para o cenário social, ao considerar a pontuação ESG como uma variável de interesse, as empresas podem ser incentivadas a adotar práticas mais sustentáveis e éticas, gerando impactos positivos para a sociedade e o meio ambiente, ao compreenderem que tais práticas produzem efeitos financeiros.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E ELABORAÇÃO DAS HIPÓTESES

O disclosure é um elemento crucial para promover a transparência corporativa, visto que tem como propósito retratar informações visando atender às demandas dos stakeholders, ou seja, os usuários das informações contábeis. Essa divulgação pode ocorrer de maneira compulsória, exigida por regulamentações e normas, ou de forma voluntária, quando a empresa decide fornecer informações adicionais por iniciativa própria (Dye, 2001).

A Teoria do Disclosure, também chamada Teoria da Divulgação, é abordada na literatura para analisar a qualidade das informações fornecidas pelas empresas (Verrechia, 1983; Dye, 1985). Essa teoria estuda como a divulgação impacta stakeholders e influencia percepção e decisões de investidores, credores e outros, desempenhando papel importante na compreensão das categorias de pesquisa sobre divulgação (Dantas, 2005; Lopes; Martins, 2005; Ludícibus, 2010). Divulgações, conforme estudiosos, são influenciadas por diversos fatores e buscam atender necessidades de usuários (Dantas, 2005; Lopes; Martins, 2005; Ludícibus, 2010).

Salienta-se que as divulgações voluntárias estão ganhando espaço no reconhecimento dos efeitos das questões sociais, ambientais e de governança, atreladas à reputação, imagem corporativa e vantagem competitiva das empresas. O acrônimo ESG, em inglês

environmental, social and governance, foi implementado no ano de 2004 em uma publicação do Pacto Global em parceria com o Banco Mundial, chamada Who Cares Wins, e surgiu de uma provocação do secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), Kofi Annan, a 50 grandes instituições financeiras, sobre como integrar fatores sociais, ambientais e de governança no mercado de capitais (Rede Brasil do Pacto Global, 2023).

As ações corporativas voltadas para os aspectos ambientais, sociais e de governança são avaliadas para compor métricas de desempenho que correspondem aos scores ESG. A proposta da sustentabilidade está respaldada na conservação do meio ambiente, permitindo o desenvolvimento econômico de forma equilibrada e, devido à preocupação dos agentes da economia com as questões sociais, ambientais e econômicas, sente-se uma necessidade no reporte de desempenho atrelado a esses três pilares (Laskar, 2018). Dessa forma, o ESG é compreendido como uma ferramenta capaz de gerar benefícios para as empresas, promover um melhor desempenho financeiro, assim como reduzir a assimetria de informações (Tamimi; Sebastianelli, 2017; Buallay, 2019; Raimo et al., 2021).

Um aspecto importante a ser considerado em relatórios tidos como voluntários e/ou que contenham informações consideradas não financeiras é o seu alinhamento com as informações financeiras (obrigatórias). Isso implica que não é coerente apresentar uma narrativa que evidencie que a empresa se preocupa com questões ambientais, sociais e de governança, caso as suas demonstrações contábeis revelem, por exemplo, elevado montante de passivos (provisões) ambientais, cíveis, trabalhistas, fiscais etc.

O CPC 25 estabelece que as provisões serão reconhecidas como passivos quando houver um desfecho futuro incerto quanto à sua exigibilidade, associado à mensuração ou ao prazo. Isso implica que as provisões têm uma probabilidade maior de serem exigidas de forma líquida e certa, tornando-se um passivo provável. Além disso, é importante ressaltar

que um passivo incerto deve ter uma base de mensuração confiável para ser considerado uma provisão (CPC 25, 2009).

Conforme o CPC 25 (2009), existem dois tipos de obrigações: as legais, originadas de leis ou contratos, e as não formalizadas, que surgem a partir de práticas passadas, políticas publicadas ou declarações específicas da entidade que criam uma expectativa válida nas partes interessadas de que ela cumprirá tais responsabilidades. De forma sucinta, reporta-se que as provisões representam perspectivas de redução do ativo ou aumento do passivo, refletindo uma estimativa de alteração patrimonial. Nesse sentido, existem diversos tipos de provisões, como provisões para garantias, reestruturação, riscos ambientais, questões legais e trabalhistas, provisões fiscais e tributárias, entre outras.

Diversos estudos têm sido realizados para compreender a qualidade e a evolução da evidenciação de provisões e passivos contingentes, bem como os fatores que podem influenciar sua divulgação e suas consequências econômicas, como pode ser visto no Quadro 1 (na próxima página).

Quadro 1 – Estudos anteriores sobre provisão

Autor(es)	Ponderações do estudo	
	Objetivos	Resultados
Fonteles <i>et al.</i> (2013)	Analisar os determinantes da evidenciação de provisões e contingências por companhias listadas na BM&FBovespa.	Observaram que variáveis como setor, segmento, tamanho, rentabilidade e liquidez estão diretamente relacionadas ao nível de divulgação de provisões.
Acar e Ozkan (2017)	Ilustrar a extensão da divulgação de provisões relatadas de acordo com as provisões do IAS 37, passivos contingentes e ativos contingentes e explorar a relação entre provisões e governança corporativa.	Constataram que o tamanho do conselho de administração influencia o reconhecimento de provisões, pois empresas com conselhos maiores tendem a ter maiores índices de provisão.
Silva, Araújo e Santos (2018)	Avaliar o grau de conformidade entre a rentabilidade e a divulgação de provisões e passivos contingentes ambientais de empresas com alto potencial poluidor listadas na B3.	Verificaram que nem sempre as empresas mais rentáveis são aquelas que apresentam um maior número de divulgações sobre provisões e passivos contingentes.
Ribeiro <i>et al.</i> (2019)	Investigar a relação entre a divulgação ambiental e a ocorrência de passivos ambientais reconhecidos pelas empresas de energia elétrica listadas na B3.	Visualizaram uma associação positiva entre o nível de divulgação e as variáveis tamanho, rentabilidade e presença no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE). Além disso, as empresas que reconheceram provisões ambientais apresentaram um maior nível de divulgação ambiental.
Gomes, Gordiano e Almeida (2020)	Analisar os determinantes do nível de <i>disclosure</i> de provisões e passivos contingentes em empresas do setor “Água e Saneamento”, “Energia Elétrica” e “Gás”.	Os autores identificaram que o tamanho, a rentabilidade e a governança corporativa, foram os fatores que mais influenciaram no nível de divulgação de provisões.
Neves e Bonfim (2021)	Analisar a composição das provisões e dos passivos contingentes das empresas brasileiras de capital aberto referente ao ano de 2019.	Analisaram 391 empresas e constataram que apenas 25% delas não contabilizaram nenhum tipo de provisão. Dentre as empresas estudadas, 260 apresentaram provisões trabalhistas, 233 reconheceram provisões cíveis, 207 contabilizaram provisões tributárias e 20 apresentaram provisões ambientais.
Borges e Rover (2022)	Analisar as características das provisões e passivos contingentes e o impacto da reconfiguração das contingências em empresas listadas na B3.	Identificou-se que os passivos contingentes, quando realizados, podem ter efeitos significativos na lucratividade e rentabilidade, mesmo que não estejam reconhecidos no Balanço Patrimonial.

Continua na próxima página

Continuação do Quadro 1

Autor(es)	Ponderações do estudo	
	Objetivos	Resultados
Silva, Rover e Ferreira (2022)	Avaliar os fatores que influenciam o montante de passivos ambientais evidenciados por empresas brasileiras listadas na B3 e classificadas como potencialmente poluidoras, por meio de informações contidas nas demonstrações contábeis e notas explicativas do período de 2017 a 2019.	Os autores analisaram uma amostra de 182 empresas e encontraram relação positiva entre o tamanho e um maior nível de divulgação de passivos ambientais.
Bacelar <i>et al.</i> (2023)	Identificar os determinantes da evidenciação de Provisões e Passivos Contingentes em conformidade com os requisitos de divulgação do CPC 25 nas empresas do Setor de Utilidade Pública listadas na B3 nos exercícios de 2014 a 2019.	Os autores observaram que o tamanho apresentou significância em todos os anos, indicando que empresas maiores podem possuir um maior nível de divulgação de provisões e passivos contingentes.
Santos <i>et al.</i> (2023)	Identificar se a evidenciação de provisões e de ativos e passivos contingentes estão relacionadas com a Qualidade da Informação Contábil, identificada por meio do Value Relevance e da Persistência dos Lucros nas companhias abertas brasileiras.	Concluíram que as provisões e ativos contingentes podem influenciar a qualidade da informação contábil e são importantes para a análise dos acionistas em relação aos lucros futuros. Nesse sentido, os resultados mostraram associações entre provisões e lucros persistentes, assim como entre ativos contingentes e redução dos lucros. Portanto, as provisões tendem a alertar sobre os resultados financeiros e a inspirar confiança nos acionistas, devido à transparência empresarial, enquanto os ativos contingentes, embora indiquem um cenário otimista, podem não ser de interesse para acionistas mais conservadores, devido ao risco de ocultar cenários pessimistas.

Fonte: elaboração própria.

A identificação dos estudos apresentados no Quadro 1 seguiu um processo sistemático de revisão de literatura, considerando bases acadêmicas e fontes institucionais reconhecidas. Foram utilizados periódicos científicos de alto impacto, e bases indexadas (Scopus, Web of Science, SciELO e Google Scholar). A seleção dos estudos considerou relevância temática (provisões, passivos contingentes e disclosure contábil), enfoque empírico, atualidade e aderência ao escopo do estudo, especialmente sobre governança corporativa e ESG. A busca foi realizada com descritores como “Provisões contábeis”, “Passivos contingentes”, “Disclosure contábil”, “Governança corporativa”, “ESG e contabilidade” e “Reconhecimento de provisões”, garantindo a pertinência dos estudos à fundamentação teórica do artigo.

Em suma, ao analisar os estudos anteriores, denota-se que eles buscam destacar a importância de considerar características corporativas como rentabilidade, alavancagem, setor, nível de

governança e tamanho da empresa ao analisar o nível de divulgação de provisões. Essas variáveis são consideradas determinantes do disclosure e do score ESG na literatura correlata, como pode ser visto em: Murcia (2009); Consoni e Colauto (2016); Ribeiro et al. (2019); Drempetic, Klein e Zwergel (2019); Crespi e Migliavacca (2020); Sharma, Panday e Dangwal (2020); Elafify (2021); Rahman e Absayegh (2021); Pinheiro et al. (2022). Compreender esses determinantes pode auxiliar na análise das práticas contábeis, como o reconhecimento de provisões, e na avaliação da transparência e da qualidade da informação financeira disponibilizada aos usuários externos.

O disclosure e os scores ESG possuem relação, uma vez que o score mede o desempenho das empresas em relação aos aspectos ambientais, sociais e de governança divulgados nos relatórios corporativos. O score ESG pode ser considerado, portanto, como uma medida de disclosure voluntário. As divulgações voluntárias refletem informações narrativas, em relatórios específicos, como os Relatórios Anuais, de Sustentabilidade, Relato Integrado, entre outros, porém é importante lembrar que os impactos ambientais, sociais e legais podem estar reconhecidos, também, nas Demonstrações Financeiras, por meio das provisões. Nessa perspectiva, compreende-se que possa haver uma relação das características corporativas, consideradas determinantes do disclosure e dos scores ESG, com o reconhecimento de provisões.

Verifica-se que há uma tendência em empresas de maior porte terem uma maior complexidade operacional e, conseqüentemente, enfrentarem mais situações que requerem o reconhecimento de provisões. Portanto, é razoável esperar que o tamanho da empresa possa influenciar o reconhecimento de provisões (Fonteles et al., 2013; Ribeiro et al., 2019; Silva, Rover, Ferreira, 2022; Bacelar et al., 2023). Com isso, apresenta-se a primeira hipótese do estudo:

H1: o reconhecimento de provisões está positivamente relacionado ao tamanho das companhias com score ESG listadas na B3.

Ao se pensar no aspecto rentabilidade, pontua-se que essa característica possa impactar na capacidade de lidar com eventos inesperados, decorrentes do reconhecimento de provisões. Assim sendo, empresas mais rentáveis tendem a ter uma maior flexibilidade financeira para reconhecer e suportar provisões (Fonteles et al., 2013; Ribeiro et al., 2019; Gomes, Gordiano e Almeida, 2020). Por outro lado, Silva, Araújo e Santos (2018) encontraram que as empresas mais rentáveis não são necessariamente aquelas que mais divulgam informações sobre provisões e passivos contingentes ambientais. Nesse sentido, tem-se a segunda hipótese do estudo:

H2: o reconhecimento de provisões está positivamente/negativamente relacionado à rentabilidade das companhias com score ESG listadas na B3.

Empresas com maior alavancagem podem estar mais preocupadas com suas obrigações financeiras e podem ser mais conservadoras no momento de reconhecimento de provisões (Fonteles et al., 2013). Contrariamente, Silva, Araújo e Santos (2018) observaram uma relação positiva do endividamento com a variável divulgação, evidenciando que empresas mais endividadas possuem um nível mais elevado de disclosure de provisões e passivos contingentes ambientais. Barcelar et al. (2023) também partiram da expectativa de que empresas mais endividadas teriam maior nível de evidenciação de provisões e passivos contingentes. Com isso, elabora-se a terceira hipótese do estudo:

H3: o reconhecimento de provisões está positivamente/negativamente relacionado à alavancagem das companhias com score ESG listadas na B3.

Por sua vez, empresas de setores com maior exposição a riscos ambientais, legais e regulatórios, como as indústrias de energia, petróleo e gás, mineração e serviços financeiros, podem ter que reconhecer mais provisões devido às exigências normativas e ao impacto potencial

de litígios e sanções. O grau de regulação varia entre os setores, influenciando a forma como as empresas estruturam suas provisões e divulgam informações contábeis. Setores altamente regulamentados, como o bancário e o de saúde, operam sob normas rígidas que impõem critérios mais rigorosos para o reconhecimento de provisões, enquanto setores menos regulados podem ter maior flexibilidade contábil. Logo, torna-se necessário considerar as particularidades de cada setor quanto ao reconhecimento de provisões (Fonteles et al., 2013; Ribeiro et al., 2019; Gomes, Gordiano e Almeida, 2020; Bacelar et al., 2023), assim como propõe a quarta hipótese do estudo:

H4: o reconhecimento de provisões está relacionado ao setor das companhias com score ESG listadas na B3.

Por fim, empresas com práticas de governança sólida geralmente têm sistemas de controles internos eficazes e são mais propensas a seguir as normas e regulamentos contábeis. Isso pode resultar em menores riscos regulatórios e legais e menor reconhecimento de provisões (Fonteles et al., 2013; Gomes, Gordiano e Almeida, 2020). Acar e Ozkan (2017) verificaram que algumas características relacionadas à governança corporativa das empresas, como tamanho e independência do conselho, concentração de propriedade e presença de investidores institucionais podem afetar o montante e o nível de divulgação das provisões. Assim, a quinta e última hipótese do estudo é:

H5: o reconhecimento de provisões está relacionado a um menor nível de governança corporativa das companhias com score ESG listadas na B3.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de um estudo descritivo, quantitativo, com procedimento técnico que envolve o uso de banco de dados secundários, provenientes de Demonstrações Contábeis

publicamente disponíveis. A população compreende as companhias listadas na B3 que apresentaram score ESG na base Refinitiv, com dados reportados anualmente, no período de 2014 a 2022. A escolha desse período justifica-se pelo fato de que somente a partir de 2014 houve a divulgação do score ESG. A base da Refinitiv foi selecionada devido à sua acessibilidade e por seus scores ESG serem projetados para medir o desempenho, o comprometimento e a eficácia ESG de uma empresa (Refinitiv, 2022). As características corporativas analisadas e as provisões reconhecidas foram obtidas por meio da plataforma Economatica.

No Quadro 2 (na próxima página) são elencadas as variáveis utilizadas nos modelos econométricos do estudo e os efeitos esperados, a partir da avaliação da relação entre o reconhecimento de provisões e os fatores (tamanho, rentabilidade, alavancagem, setor e governança corporativa).

Quadro 2 – Variáveis utilizadas nos modelos econométricos

Variável	Proxy	Sigla	Autores	Efeito Esperado
Provisões	Valor monetário da provisão reconhecida pela empresa i no ano t	PROVT	Ribeiro <i>et al.</i> (2019); Neves e Bonfim (2021); Borges e Rover (2022)	Não se aplica
	Dummy de valor "1" para empresa i que possui provisão no ano t ; e "0" caso não apresente provisão	PROVT_D	Ribeiro <i>et al.</i> (2019)	
	Representatividade do valor total de provisão da empresa i no ano t , em relação ao valor total do ativo da empresa i no t , expresso em percentual	PROVT_AT	Ribeiro <i>et al.</i> (2019)	
Tamanho	Logaritmo Natural do Ativo	LNATV	Fonteles <i>et al.</i> (2013); Ribeiro <i>et al.</i> (2019); Gomes, Gordiano e Almeida (2020); Silva, Rover, Ferreira (2022); Bacelar <i>et al.</i> (2023)	(+)
Rentabilidade	Lucro Líquido / Ativo	ROA	Silva, Araújo e Santos (2018)	(-)
	Lucro Líquido / Patrimônio Líquido	ROE	Fonteles <i>et al.</i> (2013); Gomes, Gordiano e Almeida (2020)	(+)
Alavancagem	Passivo / Patrimônio Líquido	ALAV	Fonteles <i>et al.</i> (2013); Silva, Araújo e Santos (2018); Barcelar <i>et al.</i> (2023)	(+/-)
Setor	Vetor de variáveis Dummy que identifica os setores de atuação correspondentes das companhias da amostra	SETOR	Fonteles <i>et al.</i> (2013); Ribeiro <i>et al.</i> (2019); Gomes, Gordiano e Almeida (2020); Bacelar <i>et al.</i> (2023)	Não se aplica
Governança Corporativa	Dummy de valor "1" para empresa i listada no Novo Mercado no ano t ; e "0" para listagem em outros segmentos	GOVER	Fonteles <i>et al.</i> (2013); Acar e Ozkan (2017); Gomes, Gordiano e Almeida (2020)	(-)

Fonte: elaboração própria.

Os procedimentos de análise envolvem estatísticas descritivas e regressão multivariada, a partir de 3 modelos econométricos com as seguintes variáveis dependentes: modelo 1 – montante total de provisões (PROVT); modelo 2 – representatividade das provisões em relação ao Ativo (PROVT_AT); modelo 3 – reconhecimento de provisões ou não (PROVT_D). O modelo econométrico genérico para os testes realizados é representado na equação.

$$PROV = \beta_0 + \beta_1 LNATV + \beta_2 ROA + \beta_3 ROE + \beta_4 ALAV + \beta_5 SETOR + \beta_6 GOVER + \epsilon_i$$

Em que:

Em que:

PROV: representa as variáveis para provisões para cada modelo, conforme descrito anteriormente;

β_0 é o intercepto do modelo;

β_y são os coeficientes para as variáveis de interesse;

ϵ_i é o termo de erro.

As variáveis utilizadas nos modelos de regressão foram winsorizadas até o limite de 0,025, procedimento indicado por Fávero (2016) para tratamento de outliers. O nível de significância adotado foi de 0,05. Os resultados são apresentados e discutidos na próxima seção.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Na Tabela 1 evidencia-se os setores, as provisões e o nível de governança corporativa a partir das 526 observações obtidas.

Tabela 1 – Total de observações por setor, provisões e nível de governança corporativa

Observações por Setor	Frequência	Percentual
Bens industriais	56	10,6
Comunicações	25	4,8
Consumo cíclico	107	20,3
Consumo não cíclico	52	9,9
Financeiro	40	7,6
Materiais básicos	54	10,3
Petróleo gás e biocombustíveis	22	4,2
Saúde	28	5,3
Tecnologia da informação	12	2,3
Utilidade pública	130	24,7
Total	526	100,0
Observações por provisão		
Sem provisão	29	5,5
Com provisão	497	94,5
Total	526	100,0
Observações por nível de governança corporativa		
Outros segmentos	146	27,8
Novo mercado	380	72,2
Total	526	100,0

Fonte: elaboração própria com base nos dados da pesquisa

Os dados revelam que o setor de utilidade pública é o que possui o maior número de observações (130), representando cerca de 24,7% do total. Isso pode ser atribuído à importância desse setor na infraestrutura básica e essencial para a sociedade. No que diz respeito às provisões, a maioria das observações, 94,5% do total, possui provisões. Com relação às observações por nível de governança corporativa, os dados apontam que o novo mercado é o nível predominante, representando 72,2% das observações. Isso pode demonstrar um interesse das empresas em adotar práticas mais transparentes e responsáveis em seus negócios.

Na Tabela 2 (na próxima página) é possível observar as estatísticas descritivas referentes aos tipos de provisões encontradas no período em análise.

Tabela 2 – Estatísticas descritivas das observações por tipo de provisão

Provisões	Mínimo	Máximo	Média	Desvio padrão
PPREV	,00	2.563.658,47	181.950,81	360.477,65
PCIVI	,00	5.641.418,31	151.182,26	513.789,89
PGARA	,00	553.161,40	10.056,20	60.393,74
PREES	,00	18.913,19	227,67	1.748,26
PAMBI	,00	954.492,28	26.854,65	100.619,52
PIMPO	,00	2.1178.270,77	339.818,97	1.488.015,93
PBENE	,00	2.524.936,07	96.741,96	378.505,20
PROVCP	,00	37.664.469,36	435.007,34	2.897.866,57
PROVLP	,00	157.189.041,34	2.473.518,92	12.182.395,75
PROVT	,00	213.465.360,00	3.715.358,76	16.336.946,43
PROVT_ATV	,00	0,52	0,05	0,06

Fonte: elaboração própria com base nos dados da pesquisa. Notas: PPREV = provisões previdenciárias; PCIVI = provisões cíveis; PGARA = provisões para garantias; PREES = provisões para reestruturação; PAMBI = provisões ambientais; PIMPO = provisões para impostos; PBENE = provisões para benefícios a empregados; PROVCP = provisões de curto prazo; PROVLP = provisões de longo prazo; PROVT = montante total de provisões; PROVT_ATV = total de provisões em relação ao Ativo (%); valores em milhares de Reais, corrigidos pela inflação, exceto para PROVT_ATV; N = 526.

Dentre as diferentes provisões, denota-se que a Provisão para Impostos (PIMPO) apresenta o maior valor, podendo ser justificada por litígios envolvendo as obrigações fiscais, como, por exemplo, o pagamento de impostos sobre o lucro das empresas. Por outro lado, a Provisão para Garantias (PGARA) exhibe o menor valor, pelo fato de que, em geral, as empresas podem apresentar garantias de valor relativamente menor em comparação com outras categorias de provisões.

A Provisão de Longo Prazo (PROVLP) destaca-se por apresentar a maior média entre as categorias. Em termos de dispersão dos dados, a Provisão de Curto Prazo (PROVCP) mostra o maior desvio padrão. Isso sugere que as observações, nesta categoria, apresentam uma maior variabilidade em relação à média, o que pode ser atribuído a incertezas ou flutuações nas obrigações financeiras de curto prazo.

A análise das informações referentes ao total de provisões em relação ao ativo (%) revela uma faixa relativamente baixa de valores, atingindo um valor máximo de 0,52% e média de 0,05%. Esses resultados podem ser justificados pelo fato de a amostra englobar grandes empresas nas quais as provisões ficam diluídas em relação ao tamanho do ativo.

Na Tabela 3 visualiza-se as estatísticas descritivas das características corporativas analisadas, bem como o score ESG total e por categoria (ambiental, social e de governança).

Tabela 3 – Estatísticas descritivas das observações por características corporativas e scores ESG

Variáveis	Mínimo	Máximo	Média	Desvio padrão
ATV	33,84	571.801.026,42	43.013.471,20	60.996.160,73
ROA	-81,49	23,60	4,11	8,00
ROE	-165,77	70,37	7,37	30,61
ALAV	0,00	1.553,97	221,55	259,42
ESGS	1,03	91,06	51,34	20,57
ENV	0,00	95,90	46,47	27,39
SOC	1,50	96,72	53,76	23,19
GOV	0,83	94,86	52,98	21,77

Fonte: elaboração própria com base nos dados da pesquisa. Notas: ATV = Ativo, em milhares de Reais; ROA = Retorno sobre o Ativo; ROE = Retorno sobre o Patrimônio Líquido; ALAV = Alavancagem; ESGS = score ESG; ENV = score ambiental; SOC = score social; GOV = score de governança; N = 526; variáveis winsorizadas, exceto o Ativo.

Ao observar os valores dos ativos das empresas, denota-se que há uma dispersão, o que pode sugerir uma grande variedade de tamanho das empresas envolvidas na pesquisa. Em se tratando do ROA, os dados indicam que, em geral, as empresas obtiveram resultados positivos, no entanto, pelo desvio padrão, pode-se identificar uma diversidade nas performances e a presença de empresas com rentabilidade negativa em relação ao ativo. No que se refere ao ROE, a média de 7,37% indica que há uma tendência de as empresas apresentarem uma rentabilidade positiva sobre seu patrimônio líquido, no entanto, o desvio padrão de 30,61% revela uma dispersão nos resultados, sugerindo que algumas empresas obtiveram um ROE expressivo, enquanto outras enfrentaram desafios. A alavancagem média de 221,55% demonstra um nível considerável de endividamento, mas o desvio padrão expressivo sugere que algumas empresas possam estar altamente alavancadas, enquanto outras operam com menos dívidas.

Os scores ESG, ambiental, social e de governança apresentam uma variação considerável entre suas pontuações mínimas e máximas. Isso indica que há uma diversidade de práticas e desempenhos entre as empresas analisadas. Além disso, observa-se que a média do score ESG (51,34), é positiva e está acima do ponto médio (50 pontos) da escala utilizada pela Refinitiv. Isso sugere que as empresas analisadas tendem a ter práticas e políticas alinhadas com critérios de sustentabilidade, responsabilidade social e boa governança.

Observa-se uma média positiva para os scores ambiental, social e de governança, sendo o score ambiental (46,47) está abaixo do ponto médio da escala da Refinitiv. Além disso, o score ambiental apresenta o maior desvio padrão, refletindo variabilidade nas práticas ambientais adotadas pelas empresas, possivelmente relacionada a diferentes graus de compromisso com a sustentabilidade e políticas verdes. O score social tem a maior média, indicando melhor desempenho nas práticas sociais. O score de governança tem desvio padrão moderado, sugerindo maior uniformidade nas práticas de governança corporativa nas empresas analisadas. Apesar das variações, valores próximos ao máximo nos scores indicam bom desempenho em questões ambientais, sociais e de governança por algumas empresas.

Os modelos estatísticos, apresentados na Tabela 4, fornecem informações sobre a relação entre as variáveis dependentes e independentes consideradas na análise.

Tabela 4 – Resumo dos modelos

Modelos	R	R quadrado	R quadrado ajustado	Erro padrão da estimativa	Durbin-Watson
1	,726	,528	,522	1502218,77696	,541
2	,275	,076	,065	0,04847	,480
3	,218	,048	,037	0,224	,484

Fonte: elaboração própria com base nos dados da pesquisa. Notas: Modelo 1 PROV_T = montante total de provisões; Modelo 2 PROV_T_ATV = total de provisões em relação ao Ativo (%); Modelo 3 PROV_T_D = provisão total dummy; N = 526.

Com base nas métricas de avaliação dos modelos, denota-se que o Modelo 1 tem uma tendência de apresentar um desempenho relativamente melhor em comparação aos outros modelos, visto que apresenta um R quadrado ajustado mais alto, o que pode indicar um melhor ajuste dos dados. Além disso, o erro padrão de estimativa é menor, sugerindo uma maior precisão nas previsões. No entanto, é importante notar que o valor baixo de Durbin-Watson em todos os modelos pode indicar autocorrelação nos resíduos, o que pode afetar a robustez dos mesmos. Na Tabela 5, apresenta-se a significância dos modelos por meio da análise de variância (ANOVA).

Tabela 5 – Significância dos modelos – ANOVA

Modelos		Soma dos Quadrados	df	Quadrado Médio	F	Sig.
1	Regressão	1,308E+15	6	2,181E+14	96,630	,000
	Resíduos	1,171E+15	519	2,257E+12		
	Total	2,480E+15	525			
2	Regressão	0,100	6	,017	7,065	,000
	Resíduos	1,219	519	,002		
	Total	1,319	525			
3	Regressão	1,305	6	,218	4,327	,000
	Resíduos	26,096	519	,050		
	Total	27,401	525			

Fonte: elaboração própria com base nos dados da pesquisa. Notas: Modelo 1 PROV_T = montante total de provisões; Modelo 2 PROV_T_ATV = total de provisões em relação ao Ativo (%); Modelo 3 PROV_T_D = provisão total dummy; N = 526.

No Modelo 1, o valor de F sugere que a regressão foi capaz de explicar uma parte significativa da variabilidade dos dados do montante total de provisões. Isso indica que o modelo é estatisticamente significativo e que as variáveis explicativas têm influência significativa na variável resposta, que é o montante total de provisões. No entanto, o quadrado médio de resíduos ainda é relativamente alto, portanto, indica a existência de variações não explicadas, devido à presença de outras variáveis não incluídas no modelo ou à existência de outliers que influenciam nos resultados.

Em se tratando do Modelo 2, o valor de F foi de 7,065, indicando que o modelo é estatisticamente significativo e que as variáveis independentes têm impacto significativo no total das provisões em relação ao ativo. Por fim, no Modelo 3, também há indícios de significância estatística, no entanto, os resíduos ainda são relativamente elevados, sugerindo que outros fatores ou variáveis não incluídas no modelo podem influenciar a presença ou ausência de provisões.

Portanto, apesar do baixo poder explicativo, os resultados dos três modelos indicam que

peelo menos uma das variáveis independentes têm influência estatisticamente significativa no reconhecimento de provisões. Com isso, elaborou-se a Tabela 6, com os parâmetros dos modelos em análise.

Tabela 6 – Parâmetros dos modelos

Modelos	Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados	t	Sig.	
	B	Modelo padrão	Beta			
1	(Constante)	-16415935,43	1035265,172		-15,857	,000
	LNATV	113261,891	59527,425	,612	19,027	,000
	ROA	-1520,613	13464,739	-,006	-0,113	,910
	ROE	-9835,686	3585,243	-,139	-2,743	,006
	ALAV	-169,377	274,709	-,020	-0,617	,538
	SETOR	-3310,651	18664,850	-,005	-0,177	,859
	GOVER	-1279280,708	153640,359	-,264	-8,326	,000
2	(Constante)	-,002	,033		-0,069	,945
	LNATV	,003	,002	,080	1,780	,076
	ROA	,001	,000	,116	1,668	,096
	ROE	,001	,000	-,309	-4,369	,000
	ALAV	-9,921E-006	,002	-,051	-1,119	,264
	SETOR	-,002	,001	,083	1,928	,054
	GOVER	,095	,005	-,123	-2,772	,006
3	(Constante)	,371	,155		2,398	,017
	LNATV	,030	,009	,157	3,432	,001
	ROA	,001	,002	,034	0,487	,627
	ROE	-,001	,001	-,087	-1,219	,223
	ALAV	1,023E-006	,000	,001	0,025	,980
	SETOR	,079	,003	-,025	-0,576	,565
	GOVER	-,001	,023	,186	4,141	,000

Fonte: elaboração própria com base nos dados da pesquisa. Notas: Modelo 1 PROVT = montante total de provisões; Modelo 2 PROVT_ATV = total de provisões em relação ao Ativo (%); Modelo 3 PROVT_D = provisão total dummy; LNATV = logaritmo natural do Ativo; ROA = Retorno sobre o Ativo; ROE = Retorno sobre o Patrimônio Líquido; ALAV = Alavancagem; GOVERN = Governança Corporativa; N = 526.

Em se tratando do modelo 1, observa-se que o tamanho, medido pelo logaritmo natural do Ativo, está relacionado ao montante de provisões reconhecidas. Considerando-se que o coeficiente B é positivo, há indícios de que empresas maiores tendem a reconhecer mais provisões. No que diz respeito à rentabilidade, percebe-se que ROA e ROE possuem coeficientes B negativos e somente o ROE é estatisticamente significativo. Por outro lado, a alavancagem apresenta um coeficiente B negativo, mas sem significância, indicando que a alavancagem não influencia o montante de provisões reconhecidas. Quanto à governança, o coeficiente B tem sinal negativo, sugerindo uma relação inversa com as provisões. Isso implica que empresas com governança mais fraca podem ter maior montante de provisões. Em relação ao setor das empresas na amostra, embora o coeficiente B seja positivo, a falta de significância estatística no valor t indica ausência de relação com o montante de provisões reconhecidas.

No Modelo 2, observa-se que o tamanho das empresas apresenta um coeficiente B positivo e não significativo ao nível de 0,05, não sendo possível indicar que em empresas maiores a representatividade das provisões reconhecidas em relação ao Ativo total é menor. Ao analisar os indicadores de rentabilidade (ROA e ROE), verifica-se que os coeficientes B são positivos e novamente o ROE é significativo, indicando que há relação entre a rentabilidade do Patrimônio Líquido e o reconhecimento de provisões em relação ao Ativo. Em contrapartida, a alavancagem possui um coeficiente B positivo e não significativo, indicando que a alavancagem não influencia o reconhecimento de provisões em relação ao Ativo. Em termos de governança e setor, os resultados seguem as mesmas tendências do Modelo 1.

Por fim, a análise do Modelo 3 revela que o coeficiente B positivo e significativo sugere que empresas maiores têm mais provisões reconhecidas. Por outro lado, os indicadores de rentabilidade (ROA e ROE) não alcançam significância estatística, indicando que a rentabilidade não está relacionada com o reconhecimento de provisões. A alavancagem exibe um coeficiente B positivo e não significativo, apontando que não há relação com provisões reconhecidas. A governança corporativa apresenta um coeficiente B positivo e significativo, sugerindo que uma governança mais robusta está associada a um menor reconhecimento de provisões. O setor exibe um coeficiente B negativo, mas sem significância estatística.

A partir dos resultados apresentados, para melhor compreensão das conclusões acerca das hipóteses do estudo, elaborou-se o Quadro 3:

Quadro 3 – Conclusões sobre as hipóteses do estudo

Hipótese	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3	Conclusão
H1: o reconhecimento de provisões está positivamente relacionado ao tamanho das companhias com score ESG listadas na B3.	Não rejeita	Rejeita	Não rejeita	Rejeita parcialmente
H2: o reconhecimento de provisões está positivamente/negativamente relacionado à rentabilidade das companhias com score ESG listadas na B3.	Não rejeita	Não rejeita para ROE	Rejeita	Rejeita parcialmente
H3: o reconhecimento de provisões está positivamente/negativamente relacionado à alavancagem das companhias com score ESG listadas na B3.	Rejeita	Rejeita	Rejeita	Rejeita
H4: o reconhecimento de provisões está relacionado ao setor das companhias com score ESG listadas na B3.	Rejeita	Rejeita	Rejeita	Rejeita
H5: o reconhecimento de provisões está positivamente relacionado a um menor nível de governança corporativa das companhias com score ESG listadas na B3.	Não rejeita	Não rejeita	Não rejeita	Não rejeita

Fonte: elaboração própria.

A partir das conclusões acerca das hipóteses do estudo, é possível afirmar que há indícios de que o tamanho, a rentabilidade do Patrimônio Líquido e a governança corporativa têm influência significativa no reconhecimento de provisões em empresas com score ESG listadas na B3.

Esses achados corroboram com Fonteles et al. (2013), Gomes, Gordiano e Almeida (2020) e Bacelar et al. (2023), que também destacaram a significância da variável tamanho em seus estudos, indicando uma tendência de empresas maiores terem maiores níveis de divulgação de provisões. Esses resultados podem ser explicados, uma vez que o tamanho da empresa é frequentemente relacionado à complexidade operacional e ao alcance das atividades econômicas, abrangendo transações e riscos diversos. Essa amplitude aumenta a probabilidade de eventos que exigem o reconhecimento de provisões e, conseqüentemente, suas divulgações.

Com base nas informações disponíveis e nos resultados dos modelos, não há evidência estatística suficiente para rejeitar a hipótese H2, o que sugere que pode haver alguma relação entre o reconhecimento de provisões e a rentabilidade nas empresas com score ESG listadas na B3, notadamente se considerado o ROE. Nessa linha, autores como Fonteles et al. (2013), Ribeiro et al. (2019) e Gomes, Gordiano e Almeida (2020) também sugeriram uma associação positiva entre rentabilidade e divulgação de provisões. Por outro lado, Silva, Araújo e Santos (2018), que analisaram o ROA, destacam que nem sempre empresas mais rentáveis são as que mais divulgam informações sobre provisões. No entanto, a afirmação desses últimos autores não pode ser confirmada neste estudo, uma vez que o ROA não foi significativo em nenhum dos modelos analisados.

Para a H3, que testou a alavancagem (endividamento), não foi encontrada relação com o reconhecimento de provisões neste estudo, contrariando Fonteles et al. (2013), que encontraram uma relação negativa entre o endividamento e a divulgação de provisões, e Silva, Araújo e Santos (2018), em cujo estudo os resultados apontaram para uma relação positiva entre tais variáveis.

A hipótese H4 foi rejeitada, sugerindo que o setor não tem relação significativa com o reconhecimento de provisões em empresas com score ESG listadas na B3. Este resultado contraria algumas perspectivas da literatura, como abordado por Fonteles et al. (2013) que sugere que a variável está positivamente relacionada com a divulgação de provisões. Portanto, é possível que as discrepâncias entre os resultados deste estudo e a literatura se originem por diferenças nas amostras, contextos regulatórios ou, até mesmo, nas abordagens metodológicas adotadas nas pesquisas. É possível que as características específicas das empresas com score ESG listadas na B3 tenham influenciado os resultados, destacando a complexidade e a interdependência das variáveis envolvidas.

Finalmente, ao se considerar o nível de governança corporativa (H5), os resultados encontrados podem ser explicados pelo fato

de que empresas com práticas de governança corporativa menos robustas tenham sistemas de controle e monitoramento menos eficazes, o que levaria a uma maior propensão ao reconhecimento de provisões, confirmando-se o que foi verificado por Fonteles et al. (2013) e Gomes, Gordiano e Almeida (2020). Em outras palavras o reconhecimento de provisões está relacionado a um menor nível de governança corporativa das companhias com score ESG listadas na B3.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo investigou a relação entre o reconhecimento de provisões e as características corporativas em empresas com score ESG listadas na B3. Os resultados indicam que o tamanho das empresas, a rentabilidade do Patrimônio Líquido e a governança corporativa estão relacionados ao reconhecimento das provisões, enquanto a alavancagem e o setor não demonstraram influência significativa. Essas descobertas fornecem informações para gestores, contadores e pesquisadores, destacando a importância de considerar fatores ESG ao analisar as práticas de reconhecimento de provisões.

Os achados contribuem de diversas maneiras. No cenário prático, oferecem informações para gestores e contadores, auxiliando em decisões sobre o reconhecimento de provisões e incentivando práticas transparentes de divulgação. No âmbito acadêmico, o estudo preenche uma lacuna ao fornecer evidências empíricas sobre a relação entre o reconhecimento de provisões e as características corporativas e não somente considerando os aspectos de divulgação das provisões. Além disso, amplia o debate acadêmico, no contexto contábil e financeiro, ao examinar a influência das variáveis consideradas determinantes do disclosure e do desempenho ESG (scores ESG) sobre as provisões, que, em essência, representam passivos (riscos) de diversas naturezas, como ambientais, sociais e regulatórios.

Socialmente, o estudo pode contribuir

para a responsabilidade ambiental e social, ao considerar empresas com avaliação de seu desempenho ESG. As empresas têm sido incentivadas a adotar práticas mais sustentáveis e éticas, beneficiando tanto a sociedade, quanto o meio ambiente. Também estimula a transparência e a prestação de contas, fortalecendo a confiança de stakeholders, como investidores e consumidores, ao compreenderem que os fatores ambientais, sociais e de governança, considerados não-financeiros, produzem efeitos financeiros.

Como limitações deste estudo, verifica-se que os resultados são baseados em uma amostra específica de empresas listadas na B3 com score ESG, dentro de um período determinado, o que inviabiliza a generalização das conclusões para outros contextos. Além disso, as variáveis utilizadas podem não capturar todos os possíveis determinantes do reconhecimento de provisões, o que sugere a necessidade de considerar outras variáveis em pesquisas futuras.

Para avançar nesse campo de pesquisa, seria interessante expandir a análise para incluir empresas de outros países ou mercados, a fim de verificar se os resultados obtidos são consistentes em diferentes contextos. Ademais, explorar outras métricas ESG e examinar como elas podem influenciar o reconhecimento de provisões poderia enriquecer ainda mais a compreensão das relações entre práticas sustentáveis e contabilidade.

REFERÊNCIAS

ACAR, E.; OZKAN, S. Corporate governance and provisions under IAS 37. **Euromed Journal of Business**, v. 12, n. 1, p. 52-72, 2017. <https://doi.org/10.1108/EMJB-03-2016-0007>

BACELAR, Y. M.; GORDIANO, C. A. S. G.; ALMEIDA, C. de; SANTOS, J. G. C. dos. Determinantes da evidenciação de provisões e passivos contingentes em empresas do setor de utilidade pública brasileiras. **CONTABILOMETRIA - Brazilian Journal of Quantitative Methods Applied to Accounting**, Monte Carmelo, v. 10, n. 2, p. 98-114, 2023. Disponível em: <https://www.revistas.fucamp.edu.br/index.php/contabilometria/article/view/2683>. Acesso em: 12 jun. 2023.

BORGES, A.; RODRIGUES, A.; RODRIGUES, R. **Elementos de Contabilidade Geral**. 27ª ed. Lisboa: Áreas Editora, 2021.

BORGES, B. C.; ROVER, S. Provisões e passivos contingentes: características e reconfiguração das demonstrações contábeis das empresas de capital aberto brasileiras. **Revista Mineira de Contabilidade**, v. 23, n. 1, p. 21-32, 2022. <https://doi.org/10.51320/rmc.v23i1.1328>

BUALLAY, A. Between cost and value. **Journal of Applied Accounting Research**, v. 20, n. 4, p. 481-496, 2019. <https://doi.org/10.1108/JAAR-12-2017-0137>

CHRISTENSEN, D.; SERAFEIM, G.; SIKOCHI, A. Why is Corporate Virtue in the Eye of The Beholder? The Case of ESG Ratings. **The Accounting Review**, v. 97, n. 1, p. 147-175, 2022. <https://doi.org/10.2308/TAR-2019-0506>

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTO CONTÁBEIS (CPC). **Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes**. Brasília: CPC, 2009. Disponível em: <http://www.cpc.org.br>. Acesso em: 05 jun. 2023.

CONSONI, S.; COLAUTO, R. D. Voluntary disclosure in the context of convergence with International Accounting Standards in Brazil. **Review of Business Management**, v. 18, n. 62, p. 658-677, 2016. DOI: 10.7819/rbgn.v18i62.2242

CRESPI, F.; MIGLIAVACCA, M. The Determinants of ESG Rating in the Financial Industry: the same old story or a different tale? **Sustainability**, v. 12, n. 16, p. 6398, 2020. <https://doi.org/10.3390/su12166398>

DANTAS, J. A.; ZENDERSKY, H. Carlos.; SANTOS, S. C. D.; NIYAMA, Jorge. Katsumi. A dualidade entre os benefícios do disclosure e a relutância das organizações em aumentar o grau de evidenciação. **Revista Economia & Gestão**, v. 5, n. 11, p. 56-76, 2005. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/36406/a-dualidade-entre-os-beneficios-do-disclosure-e-a-relutancia-das-organizacaoes-em-aumentar-o-grau-de-evidenciacao/i/pt-br>. Acesso em: 15 jul. 2023.

DREMPETIC, S.; KLEIN, C.; ZWERGEL, B. The Influence of Firm Size on the ESG Score: corporate sustainability ratings under review. **Journal of Business Ethics**, v. 167, n. 2, p. 333-360, 2019. <https://doi.org/10.1007/s10551-019-04164-1>

DYE, R. A. An Evaluation of “Essays on Disclosure” and the Disclosure Literature in Accounting. **Journal of Accounting and Economics**, n° 32, p. 181-135, 2001. <https://doi.org/10.1016/S0165->

4101(01)00024-6

DYE, R. E. Disclosure of Nonproprietary Information. **Journal of Accounting Research**, vol. 23, n° 1, p. 123-145, 1985. <https://doi.org/10.2307/2490910>

ELAFIFY, M. G. Determinants of Corporate Sustainability Disclosure: the case of the s&p/egx esg index. **Indonesian Journal of Sustainability Accounting And Management**, v. 5, n. 1, p. 81-90, 2021. <https://doi.org/10.28992/ijsam.v5i1.301>

FÁVERO, L. P. **Análise de dados: modelos de regressão com Excel®, Stata® e SPSS®**. Elsevier Brasil, 2016.

FONTELES, I. V.; NASCIMENTO, C. P. S.; PONTE, V. M. R.; REBOUÇAS, S. M. D. P. Determinantes da evidenciação de provisões e contingências por companhias listadas na BM&FBovespa. **Revista Gestão Organizacional**, v. 6, n. 4, p. 85-98, 2013. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/33253/determinantes-da-evidenciacao-de-provisoes-e-contingencias-por-companhias-listadas-na-bm-fbovespa/i/pt-br>. Acesso em: 13 jul. 2023.

GOMES, L.; GORDIANO, C. A. S. G.; ALMEIDA, C. Fatores determinantes da evidenciação de provisões, passivos contingentes e ativos contingentes em companhias do setor de utilidade pública. In: ENCONTRO ANPAD, 44., Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: ANPAD, 2020.

IUDÍCIBUS, S. **Teoria da Contabilidade**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LASKAR, N. Impact of corporate sustainability reporting on firm performance: an empirical examination in Asia. **Journal of Asia Business Studies**, v. 12, n. 4, p. 571-593. 2018. <https://doi.org/10.1108/JABS-11-2016-0157>

LOPES, A. B.; MARTINS, E. **Teoria da Contabilidade: uma nova abordagem**, São Paulo: Atlas 2005.

MARTINS, M.; CUNHA, M. F. A Relação da Divulgação das Práticas ESG com o Valor de Mercado das Empresas Brasileiras de Capital Aberto. In: CONGRESSO USP DE CONTABILIDADE, 22., 2022, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: FEA/USP, p. 1-21. 2022. Disponível em: <https://congressosp.fipecafi.org/anais/22UspInternational/ArtigosDownload/3784.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2023.

MURCIA, F. D. R.; SANTOS, A. Fatores determinantes do nível de disclosure voluntário das companhias abertas no Brasil. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, v. 3, n. 2, p. 72-95, 2009. <https://doi.org/10.17524/repec.v3i2.68>

NEVES, C. G. F.; BONFIM, M. P. Panorama das Provisões e Passivos Contingentes das Empresas Brasileiras de Capital Aberto. **Pensar Contábil**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 82, p. 18-24, 2021. Disponível em: <http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/pensarcontabil/article/view/3709>. Acesso em: 02 ago.2023.

PINHEIRO, A. B.; LAMEU, E. V. M.; SAMPAIO, T. S. L.; SANTOS, S. M. Revisitando a relação entre desempenho financeiro e divulgação ambiental: uma análise comparativa entre brasil e holanda. **Race - Revista de Administração, Contabilidade e Economia**, v. 21, n. 1, p. 51-76, 2022. <https://doi.org/10.18593/race.24547>

RAHMAN, R. A.; ALSAYEGH, M. F. Determinants of Corporate Environment, Social and Governance (ESG) Reporting among Asian Firms. **Journal of Risk and Financial Management**, v. 14, n. 4, p. 167, 2021. DOI:10.3390/jrfm14040167

RAIMO, N.; CARAGNANO, A.; ZITO, M.; VITOLLA, F.; MARIANI, M. Extending the benefits of ESG disclosure: the effect on the cost of debt financing. **Corporate Social Responsibility and Environmental Management**, v. 28, n. 4, p. 1412-1421, 2021. <https://doi.org/10.1002/csr.2134>

REDE BRASIL DO PACTO GLOBAL. **O termo ESG**. Brasil, 2023. Portal. Disponível em: <https://www.pactoglobal.org.br/pg/esg>. Acesso em: 10 ago. 2023.

REFINITIV. **Pontuações de ESG Refinitiv**. 2022. Disponível em: <https://www.refinitiv.com/pt/sustainable-finance/esg-scores#t-score-range>. Acesso em: 11 jul. 2023.

RIBEIRO, M. S.; SANTOS, E. S.; FREGONESI, M. S. F. A.; CUNHA, L. M. S. A Influência da Ocorrência de Passivo Ambiental no Environmental Disclosure Score da Bloomberg. In: XIII CONGRESSO ANPCONT, 13., 2019, São Paulo. **Anais [...]** São Paulo: Anpcont, 2019. p. 1-18. Disponível em: https://anpcont.org.br/pdf/2019_CUE348.pdf. Acesso em: 8 jul. 2023.

SANTOS, R. F.; SILVA JÚNIOR, F. J.; LOPES FILHO, L. L.; LEITE FILHO, P. A. M.; SANTOS, M. I. C. A Influência da evidenciação de provisões e contingências na qualidade da informação contábil. **Enfoque: Reflexão Contábil**, v. 42, n. 1, p. 1-16, 2023. <https://doi.org/10.4025/enfoque.v42i1.58100>

SHARMA, P.; PANDAY, P.; DANGWAL, R. C. Determinants of environmental, social and corporate governance (ESG) disclosure: a study of indian companies. **International Journal of Disclosure and Governance**, v. 17, n. 4, p. 208-217, 2020. <https://doi.org/10.1057/s41310-020-00085-y>

SILVA, A. F. P.; ARAÚJO, R. A. M.; SANTOS, L. M. S. Relação da rentabilidade e o disclosure de provisões e passivos contingentes ambientais das empresas de alto potencial poluidor listadas na B3. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, Florianópolis, v. 17, n. 52, p. 101-118, 2018. <https://doi.org/10.16930/2237-7662/rccc.v17n52.2689>

SILVA, I. P.; ROVER, S.; FERREIRA, D. D. M. Disclosure de Passivos Ambientais: Uma Análise dos Fatores Que Influenciam o Montante Divulgado Por Empresas Potencialmente Poluidoras. **Revista Contabilidade e Controladoria**, Curitiba, v. 14, n. 3, p. 70-86, 2022. <http://dx.doi.org/10.5380/rcc.v14i3.83662>

TAMIMI, N.; SEBASTIANELLI, R. Transparency among S&P 500 companies: an analysis of esg disclosure scores. **Management Decision**, v. 55, n. 8, p. 1660-1680, 2017. <https://doi.org/10.1108/MD-01-2017-0018>

VERRECCHIA, R. Discretionary disclosure. **Journal of Accounting and Economics**, v. 5, p. 179–194, 1983. [https://doi.org/10.1016/0165-4101\(83\)90011-3](https://doi.org/10.1016/0165-4101(83)90011-3)